

Alt Risco

Diretor: Filomena Barros | Nº.161 - ano 14 | Setembro de 2012 | Publicação Mensal | Preço: €0,50 (iva incluído)
Jornal da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais | Instituição de Utilidade Pública

Dia Nacional do Bombeiro Profissional Figueira da Foz



Bombeiros pedem mais efetivos ao Governo

Autarca João Ataíde em entrevista

**“O Governo devia
financiar encargos
com bombeiros
profissionais”**

(p.8 e 9)



Associação Nacional de Bombeiros Profissionais - Av. Dom Carlos I, 89, r/c - 1200 Lisboa

sindicato

Por Sérgio Carvalho, Presidente do SNBP



O problema nos bombeiros não é dinheiro... É antes falta de coragem política

As nossas propostas, ao longo dos anos, têm sido claras e viáveis, mas por falta de coragem política continuamos na mesma. Passo, então, a referir:

- **Por que não tem um fardamento único os bombeiros sapadores e municipais do continente e ilhas?** Não aumentava os custos (porque todos temos que vestir fardas), permitia uma redução se houvesse organização, e as câmaras, através de um central de compras ou um outro modelo de aquisição de fardamento em conjunto, conseguiam poupar muito dinheiro e discutir orçamentos. Todos teríamos fardas iguais, e não como atualmente. Ou seja, não é um problema de dinheiro!

- **Por que não é aplicado um horário de trabalho específico aos bombeiros sapadores e municipais, e assim reduzindo em muito o horário extraordinário a que atualmente as autarquias são obrigadas a processar?** Sempre defendemos um cálculo médio de horário semanal de 42 horas, englobando no vencimento base as horas que, atualmente nos são processadas como horário extraordinário. Não aumentávamos os custos, porque já praticamos este horário, havia uma redução para as autarquias do volume de horas extraordinárias que têm que lançar e justificar nos seus orçamentos. Logo, não é um problema de dinheiro!

- **Por que não implementam a**

proposta que já enviámos para os responsáveis políticos (Governo e Associação Nacional de Municípios) de enquadramento dos atuais assistentes operacionais que prestam serviço nos bombeiros municipais, mas que não têm carreira de bombeiro? Sabendo que, atualmente, uma das profissões mais mal pagas na administração pública é a de bombeiro municipal, com certeza que a não resolução deste problema não é a falta de dinheiro. Temos que dar dignidade à profissão de bombeiro, absorver os elementos nestas condições (que não foram criadas por eles) e acabar de vez com a possibilidade de ingresso nos corpos de bombeiros municipais de outros profissionais que não são de carreira.

- **Por que não é publicada uma tabela de gratificados específica para bombeiros?** Andamos a reclamá-la há vários anos. Ainda este mês foi publicada uma nova tabela para a PSP (e bem). Atualmente, os serviços que fazemos são pagos como horário extraordinário. Passariam a ser pagos de acordo com essa tabela. Ganhavam os bombeiros e ganhavam, mais uma vez, as câmaras, que viam reduzido o volume de horário extraordinário que têm que lançar aos bombeiros. Não é, por isso, falta de dinheiro.

- **Por que não aplicam o Decreto-Lei 247/2007 e passam os corpos de bombeiros municipais a sapadores?**

Não aumentam os encargos financeiros, aplicam a lei, dignificam os corpos de bombeiros e dão um passo importante no caminho da unificação de uma carreira única de bombeiro sapador. A lei já existe, a Câmara Municipal de Faro já a aplicou. Não é, por isso, uma questão de dinheiro.

- **Por que não criam um cartão de bombeiro único e um SIADAP específico para os bombeiros?** Estamos a ter a avaliação desenquadrada do nosso conteúdo funcional e da nossa atividade, no que diz respeito ao cartão, cada autarquia institui o modelo que lhe foi conveniente, logo, os custos já lá estão... não é uma questão de dinheiro.

- **Por que não é revisto o financiamento às câmaras com bombeiros sapadores e municipais para, de uma vez por todas, os bombeiros serem todos equiparados a sapadores?** O dinheiro já existe, todos os anos, no Orçamento de Estado. Mas quando é distribuído as câmaras que investem na segurança e socorro das populações não vêm isso refletido nas transferências de verbas do poder central. Por vezes, fico com a sensação de que é bom ser um autarca leigo na área de segurança e proteção civil, para assim não investir num corpo de bombeiros altamente profissionalizado. Não é um problema de dinheiro, mas sim da sua distribuição.

- **Por que não se reconhece financeiramente mérito às câmaras que**

investem em meios humanos e sua qualificação, reconhecendo esse investimento nas transferências que são feitas no orçamento de Estado? Não é uma questão de dinheiro, mas sim de dar prioridade ao investimento humano, em detrimento de carros e quartéis.

- **Por que não é aprovado o novo estatuto profissional que resolva, de uma vez por todas, os problemas que esta profissão tem, alguns dos quais já acima referidos, outros de resolução ainda mais simples estão nas nossas propostas de um novo estatuto e que há vários anos andamos a apresentar e que até hoje nada foi publicado.** Para que seja publicado não é uma questão de dinheiro, mas sim uma questão de vontade política.

- **Por é que a Liga dos Bombeiros Portugueses e suas Federações não aplicam e promovem a contratação coletiva para os bombeiros que exercem funções nas associações?** Este Sindicato já demonstrou disponibilidade, por diversas vezes, para estender a contratação coletiva a mais corpos de bombeiros. Todos conhecemos o problema que existe com o seu financiamento. Está na altura de definir e aplicar transversalmente, de norte a sul do país e regiões autónomas, um modelo onde todos os bombeiros possam auferir o mesmo, independentemente do corpo de bombeiros a que pertencem, tendo como referência uma carreira única, com modelo de ingresso e progressão igual para todos, reconhecendo a profissão de bombeiro e valorizando quem optou por esta em detrimento de outras, por vezes mais bem pagas e menos arriscadas. Não é uma questão de dinheiro, é uma questão de reconhecimento destes bombeiros e do relançamento de em futuro para estas estruturas que atualmente não parece ser fácil. A nossa proposta facilitaria e poderia enquadrar os valores que o Estado teria que garantir às Associações para estas responderem às necessidades a que o socorro do século XXI obriga. O socorro no século XXI deve ter como objeto principal as populações que socorremos e os meios humanos que intervêm no seu socorro.

- **Por que não se aposta ainda mais na Força Especial de Bombeiros, reconhecendo uma carreira e um futuro a estes homens e mulheres?** O dinheiro já existe, e está mais do que provado que esta força tem prestado um serviço de extrema importância. Se o Estado consegue investir em bons equipamentos, muitas vezes topo de gama, noutras estruturas que não têm no seu conteúdo funcional a função de combate incêndios, é apenas uma questão de lógica investir nos Canarinhos.

Por tudo isto, volto a afirmar que as propostas estão feitas, na maioria delas são de fácil resolução e sem custos. Não é uma questão de dinheiro. É antes falta de coragem política

incêndios florestais

D.R.



ANBP apela à aposta na primeira intervenção

“A primeira intervenção continua a ser deficiente”. O presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, criticava assim a abordagem aos incêndios florestais que afetaram Portugal Continental na semana entre os dias 2 e 9 de Setembro. O responsável da ANBP foi mais longe e apontou responsabilidades também ao modelo de formação atual da Escola Nacional de Bombeiros por não estar a dar resposta às necessidades que os bombeiros sentem no teatro das operações, “não preparando os comandantes, as chefias e os bombeiros (voluntários) para este tipo de incêndios”. É necessário uma “melhoria da formação nestes quadros”, remata.

As críticas da ANBP surgiram num dia particularmente difícil para os bombeiros, a 3 de setembro, quando foram regista-

dos perto de 230 incêndios e mobilizados mais de 4400 operacionais e mais de 1150 veículos. Um dos incêndios mais graves registou-se em Ourém, mas as chamas afetaram outras localidades da Região Centro, como Albergaria -a -Velha, Tábua, Alvaiázere, Figueira da Foz, Tomar, Aguiar da Beira, Óbidos e Castelo Branco. Bombeiros e população combateram lado a lado as chamas que ameaçaram casas e pessoas, em alguns casos durante vários dias.

O elevado número de ocorrências registadas levou a que Portugal pedisse ajuda para combater os incêndios florestais, no passado dia 3 de Setembro, através do Mecanismo Europeu de Proteção Civil. No próprio dia, a Espanha disponibilizou dois Canadair que participaram no combate ao incêndio em Tomar.

Incêndios em Ourém provocaram prejuízo de 13 milhões

A Câmara de Ourém revelou num comunicado emitido a 18 de setembro que os incêndios que deflagraram no concelho entre 02 e 07 de setembro causaram um prejuízo de 13,4 milhões de euros.

De acordo com a autarquia, o relatório dos danos causados pelas chamas aponta também para uma área ardida de 6.622 hectares nas freguesias de Casal dos Bernardos, Cercal, Espite, Gonde Maria, Matas, Olival, Ribeira do Fátio e Urqueira.

O documento, que foi já entregue ao Governo, refere que “os prejuízos são muito elevados, pelo que se considera importante a elaboração de um plano de intervenção que contemple”

as medidas urgentes e estruturais “a executar em dois tempos distintos”. Além dos prejuízos materiais, o incêndio em Ourém ficou marcado pela morte de um homem que defendia das chamas uma exploração avícola.

No combate a este incêndio chegaram a estar perto de 600 operacionais, apoiados por 160 viaturas e dois meios aéreos pesados. Um dos helicópteros-bombardeiros, um KAMOV-32, caiu no momento em que procedia ao enchimento do balde numa lagoa junto ao parque de merendas da freguesia de Espite. O piloto e co-piloto saíram pelos próprios pés, mas foram transportados para o Hospital de Santo André, em Leiria.

notícias

Viseu em chamas

O concelho de Viseu viveu momentos de tensão com um grande incêndio às portas da cidade, no dia 2 de setembro. As altas temperaturas e a baixa humidade aliados aos ventos fortes tornaram propícia a propagação rápida e violenta das chamas que chegaram a afetar seis freguesias. Para trás, deixaram um rasto de destruição numa grande mancha florestal de pinheiro bravo, já que perto de 3000 ha foram consumidos pelas chamas.

Fonte dos municipais de Viseu recordou ao Alto Risco a madrugada do dia 3 de setembro, em que o incêndio tomou proporções muito complicadas e criou várias frentes. “Só com a chegada de meios aéreos, no dia seguinte, é que se conseguiu, mais ou menos, dominar o incêndio”, remata.

O combate a este grande incendio envolveu cerca de 500 operacionais no terreno. Os municipais de Viseu, apesar da “falta de efetivos”, deram de acordo com a mesma fonte “uma grande resposta: todos os bombeiros chamados permaneceram no quartel, na maioria dos casos durante os dias em que durou este grande incêndio”.

Ainda assim, foi necessário acionar meios de fora do distrito de Viseu, como

foi o caso dos GRIF (Grupos de Reforço de Incêndios Florestais) de Braga, Porto, Setúbal, Lisboa, da Força Especial de Bombeiros e GIPS (Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR), dada a dimensão do incêndio.

No combate às chamas estiveram quatro meios aéreos, dois dos quais disponibilizados pela União Europeia.

As dimensões alcançadas por este incêndio trouxeram à ordem do dia a questão da disposição de meios. Ouvidos pelo Alto Risco, bombeiros que participaram no combate às chamas e que pediram para não ser identificados, consideram que deveria haver “reposicionamento de meios, sobretudo nos incêndios florestais” já que no interior, onde é mais provável haver incêndios florestais devido à quantidade de mancha verde existente “é onde há menos meios: menos viaturas e menos pessoal”.

De acordo com o Relatório Provisório dos Incêndios Florestais da Autoridade Nacional Florestal, entre 1 de Janeiro e 15 de junho Viseu foi o segundo distrito com maior área ardida. Neste período arderam naquela região 12 710 ha, só ultrapassados pelo Distrito de Faro, onde se registou o maior incêndio deste ano.

ANBP/SNBP pediram a mobilização de Bombeiros Profissionais para combater incêndios

Os incêndios que afetaram o território continental, de norte a sul, deixaram um rasto de destruição em concelhos como Ourém e Viseu, na primeira semana de setembro. Uma situação que levou a Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais a apelarem a todos os bombeiros (sapadores e municipais) para que se disponibilizassem para combater os inúmeros focos.

O apelo, feito no dia 5 de Setembro, estendeu-se “às Câmaras Municipais que detêm corpos de bombeiros profissionais e aos seus comandantes, para que, não descurando a segurança do seu território e dos municípios que representam e salvaguardam, possam ajudar na defesa de um património florestal que é de todos”.

Em comunicado as duas estruturas representantes dos bombeiros profissionais sublinharam ainda “surpresa” em relação “às declarações de alguns responsáveis autárquicos”, referindo-se especificamente ao autarca de Viseu.

“Consideramos lamentável que o senhor presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Fernando Ruas, venha só nesta altura, em plena fase crítica de incêndios, pôr em causa a localização de meios e equipamentos, quando ANBP/SNBP já o fazem há mais de

cinco anos em relação ao seu concelho”. A esta crítica acrescentam terem ficado “ainda mais espantados com o facto de, através da comunicação social, “o autarca questionar o governo sobre uma situação que é da sua responsabilidade enquanto presidente da Câmara e responsável máximo pela segurança de pessoas e bens”.

Na opinião de ANBP/SNBP “a dificuldade de responder às chamadas de socorro em Viseu poderá ficar a dever-se aos problemas há muito identificados nos corpos de bombeiros do concelho, entre os quais a falta de efetivos”.

No comunicado, lembram ainda que “perante a recusa de muitos pedidos de reunião com os responsáveis da proteção civil da autarquia e perante a falta de respostas a um memorando entregue à autarquia a apontar os problemas que condicionavam a operacionalidade dos municipais de Viseu”, ANBP/SNBP realizaram em Julho um conferência de imprensa em que apresentaram relatórios de ocorrências “para comprovar a debilidade do socorro e o mau estado do parque automóvel (com viaturas com mais de 30 anos de serviço).” Na mesma altura, acrescentam, “ANBP/SNBP apelaram à importância do pré-posicionamento de meios no território do concelho e à necessidade de diminuição do tempo de resposta, dada a sua dimensão”.

Incêndio às portas de Coimbra

Os habitantes de Coimbra voltaram a ver as chamas à porta da cidade no dia 18 de Setembro. O incêndio deflagrou a meio da tarde daquele dia em Palheiros,

na margem esquerda do rio Mondego, alastrando-se depois ao concelho vizinho de Miranda do Corvo, “ajudado” por um vento forte. Em pouco tempo, ergueu-se uma imensa coluna de fumo sobre

Coimbra. O incêndio chegou a ter três frentes ativas e foi controlado na manhã do dia 19.

No combate às chamas estiveram mais de 500 operacionais, ajudados por mais de uma centena de viaturas. Este incêndio trouxe à memória o fenómeno de 2005, quando um brutal incêndio chegou ao interior da cidade de Coimbra.

entrevista



Perfil

Dr. Jorge Antunes tem 60 anos e é médico de clínica geral. Está à frente dos Bombeiros Municipais de Viseu há 14 anos.

“O tempo de tocar a sirene e esperar pelo socorro já lá vai”

Médico de formação, Jorge Antunes é Comandante da corporação de Bombeiros Municipais de Viseu desde 1998. O concelho viveu, este Verão, a ameaça dos incêndios, mas o seu corpo profissional de bombeiros respondeu com empenho e dedicação, garante o comandante, em entrevista ao Alto Risco. Profissionalismo é a palavra de ordem...

Como vê a polémica à volta dos Municipais quanto à falta de meios humanos e materiais? Os Visienses têm razões para ficarem preocupados?

Quanto à falta de meios materiais, temos vindo adquirir dentro das possibilidades do Município. Temos necessidade de equipar melhor os Bombeiros no que toca a proteção individual (casaco e calças nomex), o que nos permite ser mais eficazes

porque com este equipamento conseguimos estar mais perto do incêndio. Trata-se de uma medida de segurança para os próprios Bombeiros que se traduz também numa melhor intervenção no sinistro, impossibilitando o agravar da situação.

Quanto aos meios humanos, de facto, para um concelho com mais de 100.000 mil habitantes, 39 Bombeiros são muito poucos, (lembre-se que o desejável seria 1 Bombeiro por

cada 1000 habitantes, deveríamos ter um corpo ativo de perto de 100 Bombeiros).

Teremos que ultrapassar este problema com empenho e dedicação, contando com todos para esta árdua tarefa de proteger os bens e pessoas do concelho de Viseu.

Está à frente da corporação há vários anos. Quais foram os momentos mais marcantes? Quais foram as situações mais complicadas? Quais as mais curiosas?

Os momentos mais marcantes e complicados deixam sempre um sinal de frustração e impotência, quando chegamos a um local de sinistro seja incêndio urbano, florestal ou acidente rodoviário e não conseguimos devolver a vida e os bens às pessoas. Obviamente que nos deixa marcas. Nós treinamos diariamente para que em cada dia que passa sejamos ainda mais profissionais ao nível técnico, físico e psicológico, para conseguirmos lidar com todo o tipo de situações, «porque quando todos fogem nós vamos lá».

Quais as vantagens de contar com uma corporação de bombeiros profissionais no concelho?

As vantagens de ter um corpo de Bombeiros Profissional no concelho de Viseu são óbvias: uma rápida e eficaz 1ª intervenção minimiza, com certeza, a situação na qual iremos intervir, seja ela incêndio ou acidente. Exemplo disso, foi em Janeiro de 2011, quando alertados para um incêndio numa habitação na Quinta da Longra, em que no interior se encontrava uma senhora idosa acamada, pela rápida intervenção conseguimos efectuar o salvamento da senhora. Nos dias que correm e com as exigências do cidadão em geral, não pode haver falhas, quer com o tempo de resposta quer com o grau de profissionalismo. O tempo de tocar a sirene e esperar pelo socorro já lá vai.

A mudança do quartel dos Voluntários para fora da cidade teve alguma influência no trabalho do dia-a-dia? Ser a única corporação na cidade aumenta a responsabilidade?

A nossa responsabilidade e atuação continuam como sempre, tentando reforçar a 1ª intervenção dentro do possível com a saída da 2ª viatura.

Quantos homens e que tipo de meios é que a corporação tem atualmente ao seu dispor?

Somos atualmente 39 Bombeiros, incluindo três elementos do comando, dispomos de viaturas para combate a incêndios urbanos (habitações) e industriais (duas viaturas, um pesado e um ligeiro), incêndios florestais (3 viaturas pesadas 1 ligeiro) desencarceramento (acidentes rodoviários e uma

viatura pesada), uma auto escada (única no concelho), duas viaturas de abastecimento de água, ambulâncias, entre outras. Nos meios humanos, estamos entre as corporações com mais horas de formação nas diversas áreas. Dispomos também de formadores certificados pela E.N.B (Escola Nacional de Bombeiros).

Quais são as principais actividades desenvolvidas pelos homens que fazem parte do corpo activo?

As actividades desenvolvidas por este corpo de Bombeiros são: a prevenção e o combate a incêndios; o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos de um modo geral, em todos os acidentes; o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a urgência pré-hospitalar (no âmbito do sistema integrado de emergência médica); a emissão, nos termos da lei, de pareceres técnicos em matéria de prevenção e segurança contra riscos de incêndio e outros sinistros e a participação em outras actividades de protecção civil, no âmbito do exercício das funções específicas às quais estamos capacitados; o exercício de actividades de formação e sensibilização, com especial incidência para a prevenção do risco de incêndio e acidentes junto das populações.

Qual será o futuro dos Bombeiros Municipais de Viseu?

Os Bombeiros Municipais existem há 185 anos. No ano de 2011 fomos solicitados para 346 incêndios florestais: 86 em habitações, 12 industriais, 28 em transportes rodoviários, 142 acidentes rodoviários, 22 tecnológicos e industriais, 68 emergência pré hospitalar, 12 exercícios e simulacros e 1253 outras ocorrências (lavagem de pavimento, resgate de animais e pessoas, prevenções a espectáculos, abastecimentos de água às populações, vistorias). O voluntariado quase não existe e devido à conjuntura que o país atravessa, não é fácil uma entidade patronal dispensar um empregado para este ir fazer voluntariado. Exemplo disso é o investimento que tem sido feito nos concelhos onde há bombeiros profissionais: o reforço do seu efectivo para garantir aos seus cidadãos a segurança das pessoas e dos seus bens. Não vejo outra solução sem a profissionalização do sector. Sei que é pesado para o Município ter um corpo profissional atendendo que há poucas ajudas e alguns municípios já criaram uma taxa de protecção civil que lhes permite ter uma fonte de receita. Hoje em dia um incêndio não se extingue como antigamente, a balde; a evolução foi muita e nós teremos que acompanhar, os Bombeiros estão em constante atualização de formação e treino diário, a exigência já é elevada por parte do cidadão.

entrevista



Perfil

João Ataíde das Neves é presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz desde outubro de 2009. É Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Coimbra.

Defensor da importância de ter no concelho da Figueira da Foz um corpo de Bombeiros Profissionais- um dos mais antigos, com 147 anos de atividade- o autarca João Ataíde das Neves sublinha, em entrevista ao Jornal Alto Risco, a necessidade do governo ter responsabilidade no financiamento destas estruturas.

De que forma é que encara a realização do Dia Nacional do Bombeiro Profissional na cidade da Figueira da Foz?

A realização da 5.ª Edição do Dia Nacional do Bombeiro Profissional na Figueira da Foz foi, para nós, o reconhecimento expresso dos nossos profissionais e da especial atenção que o município tem dedicado a esta matéria e a todas as relativas à Protecção Civil.

Estamos gratos à ANBP pela decisão em realizar tão nobre evento na nossa cidade.

Que importância têm os Bombeiros Municipais para a segurança de pessoas e bens no município?

A Figueira da Foz orgulha-se de possuir um dos mais antigos Corpos de Bombeiros Profissionais do País. Com 147 anos de serviços prestados à comu-

nidade, o Corpo de Bombeiros Municipais iniciou a sua cruzada ao serviço do bem comum, assente numa forte e responsável determinação, sempre na perspectiva de melhor servir a população, procurando zelar pela segurança das pessoas e dos seus bens.

A confiança e credibilidade que granjearam junto dos figueirenses ao longo dos anos têm boas razões de ser, suportadas pela alta preparação que possuem, pela formação de excelência e pela pronta resposta aos mais variados riscos a que o nosso concelho está exposto.

Destaco ainda a importância do apoio prestado à comunidade, através de acções preventivas, nomeadamente nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico, na realização de simulacros ou em acções de segurança contra incêndios.

Quais são os principais riscos da cidade da Figueira da Foz?

O concelho da Figueira da Foz tem algumas características que o tornam peculiar e que, por si só, ilustram a importância da existência de um corpo de bombeiros municipais, sob a tutela do município. A existência de um porto comercial, de unidades industriais de elevado risco, de zonas de erosão costeira e de grande fluxo sazonal de pessoas e bens são a justificação para a necessidade de termos um corpo de bombeiros municipais altamente especializado e dotado dos meios técnicos e humanos que permitam, de forma eficaz, garantir a defesa imediata dos interesses das populações

De acordo com o nosso Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil, a cidade da Figueira da Foz, pela sua especificidade e características, está exposta aos riscos de cheias e inundações, de galgamentos costeiros e de erosão

“O Governo devia financiar os encargos com os bombeiros profissionais”



costeira.

Paralelamente, o risco de incêndios urbanos é qualificado como elevado na medida em que existe um centro histórico constituído no essencial pela Zona Velha, cujas edificações e características construtivas obrigam a um especial cuidado e preocupação.

Que desafios tem encontrado no setor da protecção civil, ao nível do concelho?

O Concelho da Figueira da Foz é bem servido em termos de Agentes de Protecção Civil havendo entre eles uma boa interligação, conforme se verificou, durante este ano nas situações mais graves que tiveram lugar na Figueira da Foz, nomeadamente no acidente industrial na Lusíaves e nos incêndios florestais de Vila Verde e Santana/Maiorca.

O desafio em termos de Protecção Civil é a aprovação por parte da Autoridade Nacional de Protecção Civil do Plano Municipal de Emergência e Protecção Civil, a divulgação do mesmo aos municípios a ser efetuada pelo Serviço Municipal de Protecção Civil, assim como a operacionalidade de todo o Serviço Municipal de Protecção Civil e Bombeiros.

Como avalia a forma como tem decorrido o combate aos incêndios florestais aqui no concelho? Houve algum momento crítico este ano?

No Concelho da Figueira da Foz e até à data houve dois incêndios florestais relevantes e com algum grau de complexidade. O primeiro, antes do início da fase crítica, em Vila Verde numa zona com mato denso mas com combustíveis ainda húmidos, o que dificultou a sua progressão, e sem habitações por perto o que foi favorável ao combate. O segundo, com início em Santana e que rapidamente se propagou até Stº Amaro da Boiça. Neste incêndio os combustíveis estavam bastante secos e com

condições meteorológicas favoráveis à sua propagação. A proximidade de zonas habitacionais dificultou bastante o combate desse incêndio. Neste sinistro, foram consumidos cerca de 230ha em aproximadamente 2 horas o que causou o pânico junto da população de Stº Amaro.

Devido à entreatajuda e à coordenação existente entre os vários Agentes de Protecção Civil, nomeadamente entre as duas Corporações de Bombeiros do Concelho, assim como com os Corpos de Bombeiros do Distrito que foram activados para auxiliar no combate, este incêndio foi resolvido com êxito apesar de ter sido uma intervenção bastante complicada.

Além dos incêndios florestais tivemos também um acidente industrial grave na empresa Lusíaves.

A maior parte das autarquias que têm bombeiros profissionais (sapeadores e municipais) queixam-se de dificuldades para conseguir suportar os encargos que estes acarretam. O que gostaria que o Governo fizesse em relação a esta situação? Que apoios é que deveriam ser concedidos?

O Governo devia financiar ou suportar os encargos com os bombeiros profissionais à semelhança do que faz com as forças de segurança e com os elementos da ANPC.

Julgo que é imperioso o desenvolvimento de projectos de investimento na Protecção Civil em geral e em especial nos Corpos de Bombeiros Profissionais.

Urge olhar-se para as especificidades e para a realidade de cada Município e, consequentemente, torna-se necessário ajustar os financiamentos a essas mesmas realidades.

Que projetos gostaria que fossem implementados no concelho, ao nível da protecção civil?

O executivo que tenho a honra de

presidir, consciente de que todo e qualquer investimento no Corpo de Bombeiros Municipais é um investimento na segurança e no bem-estar dos nossos concidadãos, tentará responder sempre de forma positiva às necessidades materiais e operacionais, para que a excelência e qualidade da prestação de socorro, que sempre caracterizou este e todos os outros Corpos de Bombeiros, continue a ser uma realidade.

Para isso, a Câmara Municipal preparou e formalizou uma candidatura ao QREN que possibilitou a aquisição recente de uma viatura multiusos, orçada em cerca de 235 mil euros.

Esta nova viatura, dotada de um importante conjunto de valências, era há muito desejada, dada a absoluta neces-

sidade em reforçar a capacidade de resposta dos Bombeiros Municipais.

Ainda conscientes de que as actuais instalações onde estão sediados os Bombeiros Municipais, propriedade da Câmara Municipal, são desajustadas ao trabalho que desenvolvem e não respondem aos desafios que hoje se colocam à instituição, foi levada a sessão de Câmara Municipal, no passado dia 28 de Agosto, a abertura do Concurso Público para a construção do novo Quartel dos Bombeiros Municipais, infra-estrutura que permitirá instalar ali aquele Corpo de Bombeiros e o Serviço Municipal de Protecção Civil, oferecendo condições de excelência aos profissionais que ali passarão a desempenhar as suas funções.





Bombeiros pedem revisão de estatuto

“A falta de efetivos nos Corpos de Bombeiros Profissionais da Administração Local está a atingir valores preocupantes”. Alerta feito pelo presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, no Dia Nacional do Bombeiro Profissional, a 11 de Setembro, na Figueira da Foz, perante os mais de 300 bombeiros de Portugal Continental que integraram a formatura e também do Secretário de Estado da Administração Interna. Coube a Filipe Lobo d’Ávila, ouvir as reivindicações do representante dos bombeiros profissionais, uma vez que o Ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, que não compareceu à cerimónia devido a um imprevisto de última hora.

“Se até 2015, conforme o previsto pelo governo, não forem admitidos mais bombeiros e a progressão não se verificar, será muito difícil prestar socorro”.

Fernando Curto lembrou que assuntos como a falta de efetivos, o horário de trabalho e a progressão na carreira “ são matérias importantíssimas e que há mais de cinco anos deveriam ter sido revistas”. O dirigente



► A cerimónia do dia 11 de setembro começou com uma receção na Câmara Municipal da Figueira da Foz

da ANBP salientou a importância da “avaliação das entidades que suportam a organização e a formação dos bombeiros e dos próprios quadros de comando”, e pediu a avaliação da “ação formativa que a Escola Nacional de Bombeiros prestou nos últimos dez anos a toda a estrutura”.

No discurso, e em resposta, o secretário de Estado afirmou estar “sensibilizado para os problemas que afetam o setor”, lembrando que o governo foi alertado “para muitos problemas que afetam os bombeiros profissionais, desde as carreiras ao horário de trabalho e formação.”

O governante lembrou a aprovação de “um pacote legislativo que procura reforçar o estatuto social dos bombeiros na educação e na vigilância médica” e a “introdução de novas formas de organização nos corpos de bombeiros”. Mas Fernando Curto pede uma legislação específica para o setor. O responsável da ANBP considera que “há uma desorganização grande, com prejuízo para os bombeiros e proteção civil, quando se continua a publicar legislação em conjunto para os bombeiros profissionais e bombeiros voluntários”.

A organização do setor, defende

Fernando Curto, deverá passar pela criação de comunidades intermunicipais e pela criação de novas Áreas Metropolitanas.

Fernando Curto defendeu ainda um papel “mais ativo e com uma atuação autónoma e mais específica” da Direção Nacional de Bombeiros e um “novo impulso” na proteção civil, “rentabilizando os esforços de quem, voluntariamente, se disponibiliza, e de todos aqueles que a nível profissional, assumem a resposta imediata em qualquer situação de catástrofe”.

Mais investimento nos bombeiros

Em ano de crise, os discursos feitos na Avenida Saraiva de Carvalho não ignoraram as dificuldades transversais às corporações de bombeiros profissionais, por falta de financiamento das autarquias que as tutelam.

A presença do Secretário de Estado da Administração Interna foi aproveitada pelo presidente da Câmara para “sublinhar a necessidade que existe na formalização dos investimentos necessários na proteção Civil, em geral e em especial nos Corpos de Bombeiros Profissionais”. Dirigindo-se a Filipe Lobo d’Ávila, o autarca salientou que “urge olhar-se para as espe-

Pub

altri
www.altri.pt

QUE A PASTA DE PAPEL DA ORIGEM AO PAPEL, TODA A GESTE SABE. O QUE PROVAVELMENTE NÃO SABE, É QUE TAMBÉM FAZ CRESCER FLORESTAS.

A Altri gere através de um processo industrial sustentável, mais de 85 mil hectares de floresta certificada pelo Forest Stewardship Council® (FSC®) e pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) preservando a biodiversidade. Hoje, somos um dos produtores de pasta de papel mais eficientes da Europa. Agora já sabe.

LC FSC-C004615

cificidades e para a realidade de cada município e, conseqüentemente, torna-se necessário ajustar os financiamentos a essas mesmas realidades”.

Também Fernando Curto, presidente da ANBP, defendeu que “as Câmaras Municipais devem possuir dotações próprias e específicas no âmbito das dotações orçamentais para a proteção civil e bombeiros”, acrescentando que “é cada vez mais importante o investimento do Governo e das autarquias nos bombeiros profissionais- sapadores e municipais, Força Especial de Bombeiros e Bombeiros Profissionais das Associações Humanitárias”.

A propósito do financiamento dos bombeiros municipais e sapadores, o responsável lembrou que “a ANBP tem defendido a criação de uma taxa municipal destinada exclusivamente aos bombeiros e proteção civil que permita um maior investimento das câmaras municipais”.

O dia 11 de setembro ficou ainda marcado pela homenagem aos bombeiros que faleceram no cumprimento da sua missão, quer a nível nacional, quer a nível internacional, numa alusão aos que perderam a vida no socorro às vítimas dos atentados das Torres Gémeas, em Nova Iorque. Dois bombeiros transportaram, em

marcha, a coroa de flores que depositaram junto à pira, na presença das entidades convidadas.

O Dia Nacional do Bombeiro Profissional foi também dia de distinguir bombeiros no ativo e aposentados, de várias corporações, com a entrega de medalhas. Doze elementos da corporação da cidade anfitriã receberam o distintivo.

**ANBP distingue autarca com
Medalha de Mérito**

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais distinguiu o presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz com a Medalha de Mérito da ANBP. Um gesto que João Ataíde das Neves agradeceu, confessando inspirar-se nos bombeiros, na sua “força, dinâmica e persistência” para enfrentar as dificuldades e desempenhar a sua ação enquanto autarca.

O presidente da autarquia, João Ataíde das Neves salientou a importância dos bombeiros municipais da Figueira da Foz no apoio que prestam à comunidade. O autarca referiu a recente aquisição de uma viatura multiusos, “orçada em cerca de 235 mil euros”, no âmbito do QREN, e a intenção de construir uma nova “casa” para os bombeiros municipais da Figueira.



Entidades





Homenagem



► Homenagem aos bombeiros profissionais que morreram no desempenho da sua profissão.

Pub

LOJA VETERINÁRIA
Ferreira Veterinária - Veterinária
Av. da Universidade, 1000
1000-147 LISBOA
Tel: 21 302 004
veterinaria@copianco.com

LOJA SANTOS
Av. D. Carlos I, 108
2000-081 LISBOA
Tel: 21 302 004
santos@copianco.com

LOJA ATLÁNTICA
Universidade Nova
Pavilhão da Faculdade de Ciências
2790-016 CASCAIS
Tel: 21 302 004
atlantica@copianco.com

LOJA PRÍNCIPE REAL
Vale do Rio
Praça do Príncipe Real, 77
1100-016 LISBOA
Tel: 21 302 004
principe@copianco.com

12 horas de cópias por dia

Tudo o que o seu centro de cópias deve ter... e muito mais!!!

0,02€

Campanha cópia PREÇO BOMBA

CÓPIA P/B 0,02

CÓPIA COR 0,25

ENCADERNACÃO CAPA DURA

MAIS SERVIÇOS

MELHOR QUALIDADE

MAIOR RAPIDEZ

o nosso e-mail

www.copianco.com

i - tabelas

CÓPIA & IMPRESSÃO A 4		CÓPIA & IMPRESSÃO A 3		CÓPIA & IMPRESSÃO A 2		CÓPIA & IMPRESSÃO A 1		ENCADERNACÃO CAPA DURA		ENCADERNACÃO CAPA MOLE		ENCADERNACÃO CAPA DE TELA		ENCADERNACÃO CAPA DE TELA		ENCADERNACÃO CAPA DE TELA		ENCADERNACÃO CAPA DE TELA	
Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço	Formato	Preço
A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02	A4	0,02
A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03	A3	0,03
A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04	A2	0,04
A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05	A1	0,05
A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06	A0	0,06

Para outras quantidades, Impressão de Teses, Projectos de Arquitectura, Websites, Consumíveis, Flyers, Renting, Material de Papelaria entre outros... Consulte-nos!

Condecoração



► A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais entregou a medalha de mérito da ANBP ao presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, João Ataíde das Neves

Medalhas



Adiado concurso para contratação de meios aéreos

Foi adiado para o dia 9 de Outubro o concurso público para a contratação de meios aéreos para o combate a incêndios florestais e apoio ao Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM). A data anterior para o concurso público, no valor base de 190 milhões de euros, era o dia 1 de Setembro. Estes serviços serão contratualizados em conjunto pelo Ministério da Administração Interna e pelo Ministério da Saúde.

De acordo com o jornal Correio da Manhã, “o caderno de encargos apresentados pela Empresa de Meios Aéreos (EMA) é considerado pelos concorrentes “excessivo” e de “muito difícil cumprimento”. De acordo com

o mesmo jornal, entre as obrigações do vencedor do concurso, está a integração dos 60 trabalhadores da EMA.

O anúncio da extinção da empresa de meios aéreos foi feito pelo Ministro da Administração Interna em Outubro de 2011. O Estado tem sido o principal cliente da EMA desde a sua criação, nomeadamente no que toca aos helicópteros.

De acordo com dados disponíveis no site da EMA, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro, em que um elevado número de incêndios lavrou nas Regiões Norte e Centro de Portugal Continental, os helicópteros da EMA realizaram 176 voos e fizeram 2372 descargas de água sobre os incêndios.

Seis KAMOV estão fora de serviço

A Empresa de Meios Aéreos (EMA) anunciou a 21 de setembro, a suspensão das operações de voo dos seis helicópteros KAMOV no combate aos incêndios florestais. De acordo com um comunicado do Ministério da Administração Interna (MAI), a empresa que assegura a manutenção dos aparelhos (a Heliportugal) enviou uma notificação ao ministério a informar que os helicópteros Kamov “teriam de cessar de imediato todas as operações em voo”.

A suspensão das operações de voo dos seis helicópteros Kamov surge na sequência do incidente ocorrido a 3 de setembro, em Ourém, com a queda de um dos aparelhos. As investigações deste incidente estão a cargo do Instituto Nacional de Aviação Civil e do Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves. Em causa estão suspeitas sobre a manutenção das aeronaves, depois dos técnicos russos do fabricante terem constatado

que os manuais que estavam a ser utilizados pela empresa não eram os que são usados atualmente.

O caso já levou o MAI a pedir à Procuradoria-Geral da República que apure as responsabilidades na manutenção dos helicópteros russos KAMOV. O Ministério da tutela determinou ainda à EMA que identificasse “com urgência alternativas tendo em vista assegurar e manter a capacidade operacional adequada nas missões confinadas à responsabilidade do ministério”.

Num comentário a esta situação, o presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais, Fernando Curto, lembra a importância dos meios aéreos no combate aos incêndios florestais, sublinhando que a EMA “deveria ter helicópteros para serem substituídos”.

Com a paragem dos KAMOV, o combate aos incêndios florestais fica assegurado por 38 meios aéreos.

Incêndio de Tavira responsável por 22% de área ardida

Entre os dias 1 de janeiro e 15 de setembro o maior incêndio registado ocorreu a 18 de julho no concelho de Tavira e foi responsável por cerca de 22% do total de área florestal ardida até à data. Os dados são do relatório provisório dos incêndios florestais, da Autoridade Florestal Nacional, que assinala ainda que neste intervalo de tempo se registaram 19 571 ocorrências, de que resultaram 98 698 hectares de área ardida.

Estes números representam um aumento do número de ocorrências (mais 207) em relação aos valores médios do decénio 2002-2011, e uma

redução de 33.666 ha na área ardida. O Distrito do Porto registou o maior número de ocorrências, na maioria fogachos. Seguem-se os distritos de Viseu, Braga, Aveiro e Vila Real, onde prevalece o número de fogachos em detrimento do número de incêndios florestais.

Os distritos de Bragança e Guarda são os únicos onde se registaram mais incêndios florestais do que fogachos.

O distrito de Faro é o que representa maior área ardida (22189 ha). Só no incêndio de Tavira foram consumidos 21437 h, ou seja, 97% do que ardeu no distrito de Faro.

Quadro 2 – Número de ocorrências e área ardida, por distrito, entre 1 de janeiro e 15 de setembro de 2012						
Distrito	Ocorrências			Área ardida (ha)		
	Incêndios florestais	Fogachos (Área<1ha)	Total	Povoamentos	Matos	Total Florestal
Aveiro	152	1.683	1.835	2.003	299	2.302
Beja	15	39	54	719	64	783
Braga	510	1.444	1.954	4.162	4.463	8.625
Bragança	443	426	869	2.135	8.949	11.084
Castelo Branco	63	368	431	979	736	1.715
Coimbra	100	670	770	5.012	548	5.560
Évora	17	39	56	331	12	343
Faro	58	436	494	6.360	15.829	22.189
Guarda	328	284	612	3.815	4.580	8.395
Leiria	106	622	728	1.042	537	1.579
Lisboa	228	894	1.122	500	732	1.232
Portalegre	70	62	82	1.177	22	1.199
Porto	420	4.021	4.441	1.511	1.622	3.133
Santarém	88	611	699	4.915	2.875	7.790
Setúbal	35	616	651	204	145	349
Viana do Castelo	333	720	1.053	782	2.080	2.862
Vila Real	664	988	1.652	2.824	4.024	6.848
Viseu	488	1.580	2.068	6.005	6.705	12.710
TOTAL	4.068	15.503	19.571	44.476	54.222	98.698

Fonte: AFN



Os incêndios que afetaram a região do Algarve, entre os dias 18 e 20 de julho, ficaram marcados por uma polémica em torno da coordenação das forças no terreno e das declarações feitas pelo Comandante Nacional de Operações de Socorro, Vítor Vaz Pinto.

Numa notícia relacionada com estes incêndios, a edição do Jornal Alto Risco de Julho/Agosto fez referência as essas declarações, datadas de 23 de Julho. Com o título “Chamas geram pânico no Algarve”, a notícia citava o Comandante Vaz Pinto: “houve coordenação operacional e institucional, tal como houve comando adequado ao desenrolar de toda a situação”.

Este comentário surgiu um dia depois da polémica com anteriores declarações atribuídas a Vítor Vaz Pinto, e que foram veiculadas pela Comunicação Social, nas quais afirmava que “houve falhas” e assumia um “erro na avaliação do incêndio”.

Num pedido de esclarecimento, enviado a 22 de Agosto, à redação do jornal Alto Risco, o comandante Vítor Vaz Pinto alega um “uso descontextualizado das declarações por diversos órgãos de comu-

nicação social” e remete para a entrevista que concedeu à RTP/Antena 1, no dia 24 de julho, para que seja feito “o cabal esclarecimento e reposição da exatidão dos factos”.

Nessa entrevista, Vítor Vaz Pinto refere que “pensámos que na quinta-feira de manhã o incêndio estaria dominado. Eu enganei-me, essa avaliação foi minha”. Estas declarações surgiram depois de, na mesma entrevista, o comandante ter afirmado que não ouviu as críticas dos autarcas (que apontavam falta de coordenação) “porque estava mais concentrado na extinção do incêndio do que em ouvir as críticas, ou eventuais críticas”. O comandante acrescenta que “os bombeiros primeiro definiram a estratégia de proteger as pessoas, proteger as suas casas e depois debelar o incêndio e proteger o ambiente” e lembra que “o sistema de gestão de operações é um sistema evolutivo e (...) adequado às situações que, a cada momento, se depararam”.

Vítor Vaz Pinto reforça que “a coordenação operacional foi efetiva, todos os agentes de proteção civil e entidades

“É impossível chegar a todo o lado em todo o tempo”

integrantes foram coordenados no Centro de Coordenação Operacional Distrital, coordenado pelo Comandante Distrital de Faro, a coordenação institucional com as instituições também houve, com a segurança social no acolhimento e apoio social que foi dado às populações e com outras entidades”.

Na mesma entrevista, o Comandante Nacional admite que “naturalmente houve falhas, que os meios em algumas situações chegaram tarde, e isso é evidente. É impossível chegar a todo o lado a todo o momento”. Mas lembra que “não houve qualquer vítima, nenhum combatente, nenhum civil e, só por si, já houve sucesso na operação”.

Na citada entrevista, e fazendo alusão à experiência vivida no teatro das operações, durante mais de 75 horas a combater os incêndios que destruíram perto de 30 mil hectares de floresta, o comandante recordou as palavras de técnico florestal que assumia nunca ter visto “uma coisa destas, em 2 ou 3 horas arderam sete mil hectares”.

Refere ainda o relato do 1º sargento, chefe da brigada helitransportada, primeiro responsável a chegar ao teatro de operações, que lhe confidenciou: “é impossível o incêndio evoluir em duas direções completamente antagónicas,

evoluía para norte e evoluía para sul, havia projeções a quilómetros, mal caía a projeção, rapidamente se envolvia em 3 ou 4 situações”.

Relatório independente já foi entregue

O Ministério da Administração Interna solicitou uma avaliação independente aos incêndios que lavraram em julho, na região algarvia.

A decisão da tutela surgiu depois da Autoridade Nacional de Proteção Civil ter entregue um relatório sobre os fogos que ocorrerem entre os dias 18 e 21 de julho nos concelhos de Tavira e de São Brás de Alportel.

O despacho do MAI, datado de 13 de Agosto e citado pela Agência Lusa, define a necessidade de uma avaliação mais profunda tendo em conta que o relatório apresentado pela ANPC “não apresenta recomendações, nem eventuais medidas corretivas a adotar em ocorrências similares”.

O relatório independente foi entregue no final do mês de setembro no Ministério da Administração Interna. De acordo com a Agência Lusa, o documento aponta falta de meios de combate e de aceiros, falhas do comando na perceção da localização do incêndio e na previsão da evolução das chamas.

Tavira e São Brás Alportel lançam concurso para recuperar 26 casas ardidas

As Câmaras Municipais de Tavira e de São Brás de Alportel deverão lançar, até ao fim do mês de Setembro, os concursos para a recuperação das 26 casas para habitação permanente que arderam em Julho.

De acordo com a Agência Lusa (que cita fontes das autarquias), a recuperação dessas casas de primeira habitação (20 em São Brás e seis em Tavira), será financiada ao abrigo dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) criados pelo Governo para o efeito, num total de 600 mil euros dividido pelos dois concelhos.

O presidente da Câmara de Tavira, Jorge Botelho, adiantou que “neste momento temos os cadernos de encargos prontos e estamos a trabalhar para ver se é

preciso lançar os concursos até ao final do mês”. De acordo com o autarca, os concursos “têm que ser lançados por uma instituição de solidariedade “ que no caso de Tavira, é o Centro Social de Nossa Senhora das Dores, em Santa Catarina da Fonte do Bispo.

Já em São Brás de Alportel, de acordo com a vereadora Marlene Guerreira, citada pela Agência Lusa, o CLDS está a ser coordenado pelo Centro de Cultura e Desporto dos Trabalhadores da Câmara Municipal e Junta de Freguesia. Para a realização de trabalhos que não possam ser financiados ou de outras necessidades das populações afetadas, a Câmara de São Brás de Alportel vai recorrer ao fundo solidário “Renascer das Cinzas”.



“É na primeira intervenção que se resolvem mais de 90% dos incêndios”

Os Bombeiros “Canarinhos” marcaram uma vez mais presença na cerimónia do Dia Nacional do Bombeiro Profissional. O Comandante José Realinho, que está à frente da Força Especial de Bombeiros desde a sua criação, em 2007, falou ao Alto Risco sobre a atividade da FEB num ano marcado por incêndios “muito violentos”, salientando a importância da primeira intervenção.

Como tem sido este Verão para os canarinhos?

Este foi o sexto verão desde a nossa criação, essencialmente caracterizado por incêndios muito violentos, em particular nas semanas entre 31 de Agosto e 10 de setembro. A atividade operacional foi bastante intensa, no

entanto demos resposta de forma exemplar às nossas obrigações, não só na vertente associada à primeira intervenção, mas também no apoio terrestre com veículos de combate a incêndios. Tem sido difícil, mas temos cumprido os objetivos e desafios que nos têm sido colocados.

Onde é que há uma maior intervenção ao nível nacional?

A nossa estrutura está implementada em sete distritos: Guarda, Castelo Branco, Santarém, Portalegre, Setúbal, Évora e Beja. Por norma, são os distritos mais a Norte que nos trazem mais problemas, concretamente Guarda, Castelo Branco e Santarém, embora este ano com a incidência de ocorrências que tem existido na zona centro do país (distritos de Viseu e Coimbra), temos também criado com alguma frequência grupos de reforço com a finalidade de intervir nesses locais, não só ao nível do combate, mas também nas valências de reconhecimento e avaliação e análise e uso do fogo.

Houve alguma situação mais complicada, este ano?

Nestas semanas os incêndios foram bastante violentos, principalmente devido à severidade meteorológica, a humidade relativa era baixa, com ventos fortes e inconstantes, o material combustível muito seco e o relevo normalmente também é muito acidentado nestas zonas. Não destacava nenhuma situação em particular porque todas, de uma forma geral, foram muito difíceis.

Em que termos é que considera fundamental a intervenção dos Canarinhos na primeira intervenção?

Uma primeira intervenção eficaz é bastante importante e é normalmente a chave do sucesso do combate em mais de 90% dos incêndios em Portugal, sendo que, como é óbvio, ela não depende exclusivamente dos Canarinhos,

ou dos meios aéreos, mas sim de um esforço concertado de vários agentes de proteção civil, onde os bombeiros têm um papel fundamental. No entanto, considero claramente e sem grandes dúvidas, que a existência desta estrutura veio contribuir para uma melhoria na eficácia e eficiência no combate a incêndios nascentes.

Que balanço faz do trabalho dos Canarinhos desde a sua criação?

Considero que o balanço de uma forma geral é positivo registando-se uma evolução ao longo destes seis anos, assente essencialmente na experiência adquirida não só ao nível do combate aos incêndios, mas também noutras áreas de importância vital para a proteção e socorro, destacando as seguintes valências:

- Grupo de recuperadores - salvadores
- Grupo de resposta internacional
- Grupo de resgate em montanha
- Brigada de salvamento aquático
- Brigada de apoio logístico
- Equipas de reconhecimento e avaliação da situação
- Equipas de postos de comando operacional
- Equipas de análise e uso do fogo (parceria com o ICNFF)

Também na área da instrução temos desempenhado um papel importante, nomeadamente nas técnicas de combate a incêndios florestais com recurso a ferramentas manuais. Só em 2012 já ministrámos instrução a 875 elementos, entre bombeiros, militares e sapadores florestais.



ENB e ANPC assumem negociação do Acordo de Empresa para a FEB

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram no dia 17 de Setembro, no Ministério do Trabalho, com representantes da Escola Nacional de Bombeiros e da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Em cima da mesa esteve o Acordo de Empresa para a Força Especial de Bombeiros.

Em comunicado, ANBP/SNBP afirmou que “todos os intervenientes assumiram a realização do AE, tendo sido

agendada uma nova reunião para onde serem oficializados todos os pontos acordados pelas partes e discutidos os que estão pendentes.”

ANBP/SNBP consideraram este “um passo importante no objetivo da regularização das condições laborais da FEB e estruturação de uma carreira”, ao que se junta “o facto de a ANPC ter participado nesta reunião juntamente com a ENB e ter assumido que quer avançar com o Acordo”.

ANBP/SNBP reuniram com Recursos Humanos da CML

A Associação Nacional de Bombeiros Profissionais e o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais reuniram-se, no passado dia 14 de setembro, com a diretora municipal dos Recursos Humanos da Câmara Municipal de Lisboa, Fátima Fonseca e com o diretor do departamento, João Contreras.

ANBP/SNBP defenderam junto dos responsáveis a necessidade de definir critérios para o pagamento das horas extraordinárias prestadas pelos bombeiros e a importância de rever os seguros dos bombeiros e a sua cobertura de risco.

Os dirigentes das estruturas repre-

sentantes dos bombeiros profissionais mostraram ainda preocupação quanto à falta de chefias e aos novos ingressos, no RSB. De acordo com um comunicado enviado aos seus associados, “ANBP/SNBP questionaram a possibilidade de se efetuar um concurso para progressão na carreira, ingressos de novos elementos, com fundamento na disfuncionalidade gerada no RSB pela falta de chefias operacionais”. ANBP/SNBP fizeram saber que já enviaram “ao governo propostas no sentido de ser criado um regime de exceção para os Bombeiros Profissionais” para que a progressão de carreira e inclusão de novos elementos seja possível.

Incêndios provocam mais duas mortes

Uma bombeira de 26 anos morreu numa frente de fogo em Barril de Alva, dia 15 de Setembro, em Arganil, na sequência do despiste do autotanque em que seguia. A jovem estava acompanhada por mais três bombeiros, um dos quais foi internado devido a queimaduras de 2º e 3º graus, acabando também por falecer seis dias depois.

Pedro Brito e Patrícia Alves pertenciam ao corpo de Bombeiros Voluntários de Coja. A bombeira, de acordo com o jornal Diário de Notícias, tinha sido colocada na associação através de um plano ocupacional POC do centro de emprego, por se encontrar desempregada. No entanto, de acordo com o comandante a Associação, já antes era bombeira e tinha experiência na área.

Este ano já morreram quatro bombeiros no combate aos incêndios. O presidente da Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários, Rui Silva,

em declarações ao DN, defendeu que parte das “verbas milionárias” investidas no combate aos incêndios devia ser canalizada para a aquisição de melhores equipamentos.

Três bombeiros feridos em Cernache

Poucas horas depois da tragédia nos bombeiros de Coja, foi a corporação dos municipais da Lousã a viver momentos de grande tensão. Cinco bombeiros ficaram feridos num acidente com uma viatura da corporação que regressava de um fogo em Cernache, Coimbra.

Citado pelo Correio da Manhã, o Comandante Distrital de Operações de Socorro de Coimbra António Martins diz que “os bombeiros da Zona Centro já começam a sentir cansaço devido ao elevado número de incêndios da última semana” (de 10 a 16 de Setembro).

Ex-Comandante Nacional vai a julgamento

O ex-comandante da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Gil Martins, vai ser julgado pelos crimes de peculato e de falsificação de documentos. A informação foi disponibilizada a 27 de setembro pelo site da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa.

No mesmo dia, o jornal Público avançava com a notícia da contratação de Gil Martins pela Gebalis (empresa municipal que gere os bairros ca-

marários de Lisboa), por ajuste direto, para a realização de um levantamento da vulnerabilidade daqueles bairros a nível de incêndios.

O caso por que Gil Martins deverá ser julgado remonta aos anos entre 2007 e 2009. O ex-comandante terá, alegadamente, desviado, mais de cem mil euros do reforço do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais.

Breves

Mais um acidente com bombeiros

Dois bombeiros da corporação de Lourosa ficaram feridos com gravidade, no dia 22 de setembro, depois de o jipe onde seguiam a caminho de um incêndio ter embatido num muro. As vítimas ficaram encarceradas, tendo as operações de desencarceramento demorado cerca de hora e meia.

58 detidos por fogo posto

A Polícia Judiciária deteve, este Verão, 58 pessoas pela prática de crimes de incêndio florestal.

viana do castelo



Municipais de Viana em greve contra política da autarquia

Os Bombeiros Municipais de Viana do Castelo realizaram uma greve de quatro dias (entre 17 e 20 de Agosto) que coincidiu com a romaria da Senhora da Agonia. Uma paralisação com “saldo positivo” que ocorreu depois de esgotadas todas as tentativas de entendimento entre o Sindicato Nacional de Bombeiros Profissionais e a autarquia que tutela a corporação.

Os Bombeiros e o Sindicato quiseram mostrar descontentamento em relação ao que dizem ser “utilização abusiva” da disponibilidade permanente “de forma a contornar a falta de pessoal”. Uma situação a que acresce “o facto das horas não serem pagas nem em tempo, nem em dinheiro”. As queixas incidem ainda sobre um horário de trabalho “sem folgas” e de uma escala de reforço de pessoal com 24 horas, “ou seja, mais 12 do que o previsto na Lei, e também sem que sejam pagas”, revela fonte dos Municipais de Viano ao Alto Risco.

Os Bombeiros Municipais de Viana do Castelo alegam ainda “dualidade de critérios nos processos disciplinares” e “perseguição aos bombeiros” naquele corpo.

A resposta à greve foi considerada pelos bombeiros e SNBP “um sucesso face à atual pressão que existe sobre os bombeiros em Portugal”. Nos quatro turnos de oito elementos registou-se 80% de adesão, sendo esta maior “a partir do 2º dia”. “Conseguimos passar a mensagem à população das consequências que os cortes dos bombeiros profissionais podem trazer à segurança das populações”.

O SNBP lamenta, no entanto, que outra estrutura sindical “tenha cancelado o pré-aviso de greve sem existir qualquer tipo de alteração ao pagamento na escala da prevenção e nos prolongamentos de serviço”.

Em cima da mesa estão outras formas de luta, caso não seja possível negociar com a autarquia de Viana do Castelo.



Bombeiros surpreendidos por golpe de mar

Uma embarcação dos Bombeiros Municipais de Viana do Castelo virou-se na tarde do dia 16 de Setembro, junto a uma praia da cidade, durante um treino. Um dos quatro mergulhadores que seguiam no barco teve de receber assistência hospitalar.

A tripulação da embarcação terá sido surpreendida por um golpe de mar,

a qual provocou danos no barco e afetou “psicologicamente” os elementos que nele seguiam, de acordo com fonte dos municipais.

As circunstâncias deste incidente estão a ser investigadas pela corporação. Nas operações de socorro participaram 12 bombeiros e cinco viaturas das duas corporações da cidade de Viana do Castelo.

Joca Fotografias

notícias



Municipais da Figueira da Foz têm nova viatura

Os bombeiros municipais da Figueira da Foz têm uma nova viatura de combate aos incêndios urbanos, desde o dia 25 de agosto. O veículo foi adquirido na sequência de uma candidatura da Câmara Municipal da Figueira da Foz ao QREN, que comparticipa 80% dos 235 mil euros.

A viatura está equipada com um tanque de água com capacidade para 2800 litros. Vem equipado com material de comunicações de última geração, equipamento de extinção de in-

cêndios como agulhetas e mangueras, material de salvamento, material de desencarceramento e de proteção com aparelhos respiratórios e garrafas de ar comprimido.

Para o presidente da autarquia, João Ataíde das Neves, a aquisição desta viatura resulta da “absoluta necessidade em reforçar a capacidade de resposta dos Serviços Municipais de Proteção Civil para melhor garantir a segurança de pessoas e bens no município”.

MAI adianta verbas a 20 corporações de bombeiros

O Ministério da Administração Interna anunciou, no dia 7 de setembro, o adiantamento de verbas a 20 corporações de bombeiros das regiões do norte e centro que participaram no combate aos incêndios florestais entre os dias 31 de agosto e 6 de setembro.

O valor disponível ascende aos 275 mil euros e tem como objetivo “atenuar imediatamente os encargos re-

sultantes da sustentação logística das operações”, refere o MAI em comunicado.

De acordo com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), neste período de tempo registaram-se 1889 incêndios florestais. Dados da ANPC revelam que, no total, estiveram envolvidos 43 358 operacionais e 11620 viaturas.

Centenário dos B.V. Carnaxide

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide comemorou, no dia 22 de setembro, 100 anos de existência. A cerimónia do centenário contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Interna, Filipe Lobo d’Ávila, que passou em revista os bombeiros em parada.

A cerimónia teve a participação de elementos de Associações Humanitárias de Portugal Continental e com a banda do Regimento Sapadores Bombeiros de Lisboa. Contou ainda com a presença do presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, Major-

General Arnaldo Cruz e o presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Isaltino Morais.

O dia ficou marcado pela condecoração e atribuição de medalhas a ex-governantes, ex-governadores civis e ex-autarcas e autarcas de Oeiras. O antigo secretário de Estado da Proteção Civil, José Miguel Medeiros e o ex-ministro da Administração Interna, Rui Pereira, estiveram entre as entidades distinguidas.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Carnaxide tem 70 bombeiros, no quadro ativo, 28 dos quais são bombeiros profissionais.





**PARCEIROS
NO RISCO, RUMO
AO SUCESSO**

O Casino Figueira reconhece o valor e esforço dos Bombeiros Portugueses e por isso presta-lhes homenagem pelo Dia Nacional do Bombeiro Profissional, no dia 11 de Setembro.

**casino
FIGUEIRA**

Tem tudo e muito mais